

Resenha

Discutindo o futuro da Nova História Cultural

Discussing the future of New Cultural History

João Claudio Arendt¹

jcarendt@ucs.br

BURKE, P. 2005. *O que é história cultural?* Trad. de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 191 p.

Uma das questões mais intrigantes propostas neste livro refere-se ao futuro da Nova História Cultural. Nem bem decorridos 20 anos do seu aparecimento, Peter Burke já antevê, com certa melancolia, o declínio dessa prática historiográfica, cujas contribuições para a compreensão das ações humanas são, no momento, ainda incomensuráveis. Todavia, antes de apontar as causas do seu enfraquecimento, o autor retrocede até o que ele denomina “A grande tradição” ou “História cultural clássica”, reconstruindo, passo a passo, o longo percurso trilhado pela História Cultural.

Nesse sentido, no capítulo 1, fica evidente que a História Cultural já era praticada na Alemanha há pelo menos 200 anos, sob a denominação de *Kulturgeschichte*. Entre os autores desse período clássico (1800-1950), encontram-se o suíço Jacob Burckhardt e o holandês Johan Huizinga, cujos estudos serviram como base metodológica para as gerações posteriores. Em ambos os autores está presente a idéia de que o historiador pinta o “retrato de uma época”, através da discussão das conexões entre as diferentes artes, constituindo o que se convencionou chamar de “espírito de uma época”, ou *Zeitgeist*.

Dentro, ainda, do período clássico, Peter Burke situa os trabalhos de inúmeros outros historiadores, sociólogos, filósofos e críticos de arte e de literatura. Para que a lista não seja muito extensa, podem ser citados Max Weber, Norbert Elias, Aby Warburg, Ernst-Robert Curtius, Ernst Gombricht, Ernst Cassirer, Fritz Saxl, Edgar Wind e Erwin Panofsky. Nos anos trinta, quando Hitler chegou ao poder, muitos desses estudiosos foram obrigados a abandonar a Alemanha e buscar refúgio em outros países, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Na opinião de Burke, “a grande diáspora” foi extremamente salutar para o desenvolvimento tanto da história cultural quanto da história da arte, da sociologia e da filosofia, nos países

¹ Professor do Programa de Mestrado em Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

hospedeiros. Do mesmo modo, com a chegada de um grupo de acadêmicos marxistas, tornou-se, para os estudiosos britânicos e estadunidenses, mais aguda a consciência da relação entre cultura e sociedade.

Depois de revisitar os clássicos da História Cultural (capítulo 2), especialmente Burckhardt e Huizinga, e questionar suas fontes, métodos e suposições, Burke centra-se na Antropologia Histórica (capítulo 3). O autor afirma que “uma das mudanças mais significativas que se seguiu a esse longo momento de encontro entre história e antropologia – encontro que ainda não chegou ao fim, embora provavelmente esteja menos estreito – foi o uso do termo ‘cultura’ no plural e em sentido cada vez mais amplo” (p. 44). Essa guinada rumo à cultura também teve efeitos significativos em outras disciplinas, como a literatura, a psicologia, a geografia, a economia e a ciência política. Em vista disso, nos anos noventa, o termo “cultura” tornou-se um verdadeiro jargão entre os estudiosos: cultura da imprensa, cultura da corte, cultura do absolutismo, cultura do mérito, cultura da empresa, cultura do amor, cultura do puritanismo, cultura do seguro de vida, cultura do protesto, cultura do segredo, cultura da arma e cultura da polidez. Para Burke, isso indica que “estamos a caminho da história cultural de tudo: sonhos, comida, emoções, viagem, memória, gesto, humor, exames e assim por diante” (p. 46).

Entre os antropólogos mais estudados pelos historiadores, encontram-se Marcel Mauss, Edward Evans-Pritchard, Mary Douglas, Clifford Geertz e Claude Lévi-Strauss. Após um breve apanhado das contribuições desses antropólogos, Burke centra-se em Clifford Geertz, cuja obra teve maior impacto sobre os historiadores, em vista, especialmente, da definição de cultura por ele proposta, que vincula o estudo de símbolos à vida cotidiana. Além disso, a preferência dos historiadores por Geertz deve-se à sua cultura humanista, à sua prosa elegante, à defesa da interpretação dos significados e à prática da descrição densa.

Ainda neste capítulo, Burke apresenta a Micro-História, um gênero surgido nos anos setenta, na Itália, como reação a um certo estilo de história social que, por empregar métodos quantitativos, descrever tendências gerais e ignorar a especificidade das culturas locais, seguia o modelo da história econômica. Do mesmo modo, os micro-historiadores reagiram contra a chamada “narrativa grandiosa” do progresso e do triunfo da moderna civilização ocidental, que passava por cima das realizações e contribuições de outras culturas. Entre os autores dessa tendência citados por Burke, encontram-se Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi.

O enfoque específico na Nova História Cultural (NHC) inicia no capítulo 4, sob o título “Um novo paradigma?”. Na opinião de Burke, a palavra “nova” distingue a NHC de outras práticas mais antigas, como a *nouvelle histoire* francesa, da década de setenta, ao passo que o termo

“cultural” a diferencia não só “da história cultural, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em idéias ou sistemas de pensamento” (p. 69), mas também da história social. Dentro desse panorama, emerge, na opinião do autor, uma grande preocupação com a teoria, o que levou muitos historiadores a tomar consciência e a formular problemas novos para a disciplina. Os teóricos particularmente importantes para os praticantes da NHC são Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, os quais levaram os historiadores culturais a se preocupar especialmente com dois aspectos caracterizadores da NHC: as representações e as práticas.

Inúmeros são os desdobramentos decorrentes desses dois novos paradigmas da NHC. Burke afirma que a virada em direção às práticas ampliou, por exemplo, os estudos da teologia para a história das práticas religiosas, da lingüística para a história da fala e da teoria científica para a história do experimento. Dessa maneira, até as práticas mais cotidianas, como a leitura, a alimentação, o vestuário, a habitação, os esportes, as viagens e as coleções, transformaram-se em campos férteis de investigação por parte dos historiadores da NHC. No que tange às representações, o autor afirma que “tantas formas de representação – sejam elas literárias, visuais ou mentais – foram estudadas nas últimas duas ou três décadas que mesmo uma simples lista transformaria esta seção em capítulo” (p. 85). Tal enfoque teria surgido como reação a uma crítica de Foucault de que os historiadores tinham uma idéia empobrecida do real porque não davam lugar para as coisas imaginadas. Do estudo das representações teriam se derivado, por sua vez, as investigações sobre os imaginários sociais, que tiveram início com Jacques Le Goff, em 1981.

No capítulo 5, Burke trata da mudança que ocorreu em relação à representação, classicamente entendida como reflexo, cópia ou imitação de uma realidade representada. Atualmente, define-se a representação – literária, visual ou mental – como uma forma de construção de significados para o real. Essa guinada teve origem com a ascensão do construtivismo, ou seja, a partir do diálogo dos historiadores com obras e autores da filosofia, da sociologia e da história da ciência. Com isso, segundo Burke, “ficou cada vez mais difícil fugir às discussões sobre a relação problemática entre a linguagem e o mundo externo que ela antes supostamente ‘refletia’” (p. 100). Em outros termos, lançaram-se dúvidas sobre a suposição de que a representação correspondia exatamente ao objeto representado. Tornou-se corrente, a partir de então, o uso de expressões como “invenção”, “constituição”, “imaginação” e “construção” associadas ao termo “representação”.

Burke destaca, nesse sentido, os estudos de Benedict Anderson sobre as “comunidades inventadas” e de Eric Hobsbawm a respeito das tradições inventadas. No

caso de Anderson, a contribuição se deu no campo da história do nacionalismo moderno, já que o autor “identificou as raízes do que chamou de ‘cultura do nacionalismo’ não na teoria política, mas em atitudes inconscientes ou semi-conscientes a respeito da religião, do tempo e assim por diante” (p. 110). No que tange a Hobsbawm, Burke o considera “um profeta acurado, pois observou a relevância especial do conceito de ‘invenção da tradição’ para as nações e o nacionalismo” (p. 111).

Se nos cinco primeiros capítulos Burke tenta dar conta da história da História Cultural, desde o seu surgimento, apresentando os seus momentos mais decisivos, citando autores e discutindo conceitos, no último capítulo, intitulado “Além da virada cultural?”, ele aponta uma das questões mais relevantes do livro: qual é o futuro da Nova História Cultural? Ela já se esgotou enquanto prática historiográfica? Que caminhos se abrirão para ela no século XXI?

Tendo constatado que a NHC surgiu no final da década de setenta, atingiu seu ápice nos anos oitenta e declinou gradualmente na década de noventa, Burke indaga se ela se encaminhará para um movimento ainda mais radical ou se, ao contrário, haverá um retorno às formas tradicionais de história. Embora considere difícil fazer previsões, Burke aponta três cenários possíveis e/ou alternativos para a NHC:

Uma das possibilidades é o que se pode descrever como o “retorno de Burckhardt”, usando o nome como uma espécie de síntese, um símbolo para o renascer da história cultural tradicional. Uma segunda possibilidade é a expansão contínua da nova história cultural para outros domínios. Uma terceira é a reação contra a redução construtivista da sociedade em termos de cultura, o que pode ser chamado de “a vingança da história social” (p. 132).

No caso do “retorno de Burckhardt”, Burke prevê uma renovação da ênfase na história da alta cultura, a qual foi praticamente abandonada pela NHC, por causa do enfoque quase exclusivo na cultura popular. Todavia, nada impede que os dois tipos de história cultural passem a coexistir e, inclusive, a interagir. Quanto à expansão da NHC

para outros domínios, o autor acredita que possam ser incluídos campos até agora deixados de lado, tais como a cultura da política, a cultura da violência, a cultura da percepção e a cultura das emoções. No que se refere ao terceiro cenário, Burke antevê uma “vingança da história social”, ou seja, uma reação à NHC sob o argumento de que o império desta última “foi longe demais, de que muitos territórios políticos ou sociais foram perdidos para a ‘cultura’” (p. 146).

Além disso, a fragilização da NHC se deve a três problemas especialmente sérios: o conceito de cultura, que atualmente é “inclusivo” demais; as controvérsias sobre o método, resultantes da ampliação excessiva dos objetos de estudo e do abandono de critérios quantitativos; e o risco da fragmentação, consequência de uma visão caracteristicamente pós-moderna de encarar o mundo como um lugar por demais fluido, flexível e imprevisível. Para Burke, em suma, qualquer que seja o futuro da NHC, as discussões sobre a cultura não devem ser interrompidas e, muito menos, deve haver um retorno às abordagens positivistas de interpretação das ações humanas.

Uma crítica que pode ser feita ao livro de Burke se refere ao número insignificante de menções aos estudos realizados fora do eixo Europa–Estados Unidos, fato que pode ser interpretado como uma alusão do autor à condição meramente tributária dos historiadores culturais dos demais países. Uma obra que se propõe a fazer um inventário, ou melhor, contar a história da História Cultural, não poderia deixar de fazer referências, por exemplo, aos desdobramentos da NHC entre os historiadores das nações que sofreram com o doloroso processo de colonização efetuado pelos impérios europeus, a partir do século XVI. No caso do Brasil, Burke menciona apenas Gilberto Freyre em duas breves passagens: uma na página 94, ao tratar da história do corpo, e outra na página 144, no contexto da história cultural da percepção.

Nesse sentido, em vista dos silêncios, das negativas e dos esquecimentos do fazer historiográfico, creio que seria oportuno os historiadores despendarem, também, algum esforço para contar a “História Cultural da História Cultural”. Essa tarefa poderia ser o quarto cenário a ser acrescido aos três propostos por Peter Burke, ao tratar do futuro da NHC.